

INSURREIÇÃO QUEER-FEMINISTA NO ENSINO DE GEOGRAFIA E NA GEOGRAFIA ESCOLAR: UM APORTE BIBLIOGRÁFICO

Victor Dantas Siqueira Pequeno¹
Ana Paula Camilo Pereira²

Resumo: O presente texto insere-se no debate das contribuições das teorias *queer* e das epistemologias feministas para com as temáticas de gênero e sexualidades no âmbito da Ciência Geográfica. Nosso objetivo foi analisar como estas têm sido contempladas nas recentes pesquisas geográficas, especificamente, as que discutem o ensino de Geografia e/ou a Geografia escolar. Articulado a tal objetivo, o questionamento basilar: Há na produção geográfica brasileira um Ensino de Geografia e/ou uma Geografia Escolar *queer*-feminista?. Na tentativa de resposta, bem como, para composição dos resultados nos apoiamos metodologicamente na pesquisa bibliográfica e documental. Por fim, sugerimos caminhos criativos pertinentes à construção do saber e fazer geográfico *queer*-feminista.

Palavras-chave: Educação Geográfica; Geografias Feministas; Geografia Queer.

QUEER-FEMINIST INSURRECTION IN TEACHING GEOGRAPHY AND IN THE SCHOOL GEOGRAPHY: A BIBLIOGRAPHICAL CONTRIBUTION

Abstract: This work is part of the debate on the contributions of queer theories and feminist epistemologies to the themes of gender and sexualities within the scope of geographic science. The objective is to analyze how they have been contemplated in recent geographic researches, specifically, those that discuss the teaching of geography and/or school geography as a whole. Articulated to this objective, the basic question is whether there is in the Brazilian geographical production a teaching of geography and/or a school geography that dialogues with queer-feminist theories? In an attempt to answer this question, as well as to compose the results, we methodologically rely on bibliographic and documentary research. Finally, at the end, we suggest creative paths relevant to the construction of queer-feminist geographic knowledge and practice.

Keywords: Geographic Education; Feminist Geographies; Queer Geographies.

¹ Licenciado em Geografia pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) Campus Campo Grande - MS. Email: victorpequenogeo@gmail.com

² Professora do curso de Geografia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Campus Campo Grande – MS. Email: apaulacape@uems.br

INTRODUÇÃO

O presente texto apresenta uma discussão acerca das contribuições das teorias *queer* e feministas nos estudos e/ou pesquisas referentes ao ensino de Geografia e/ou a Geografia escolar, tendo como ponto de partida o questionamento: Há na produção intelectual geográfica brasileira um Ensino de Geografia e/ou uma Geografia Escolar *queer-feminista*?

Partimos do pressuposto de que toda ciência apresenta paradigmas teórico-metodológicos, uma vez que a produção científica não é estática, ou seja, a elaboração e/ou revisão de teorias, conceitos, metodologias, se faz em um movimento constante. Outrossim, sublinhamos que a produção científica trata-se de um campo de disputas em suas distintas variáveis e/ou recortes, quais sejam, gênero, raça, temas e/ou epistemologias, localizações, entre outros.

Para além disso, sugerimos pensar a Geografia não somente enquanto uma disciplina científica, mas uma linguagem, num sentido filosófico, cultural e/ou identitário e também de reconhecimento do outro/a, por meio da qual empreende-se uma fronteira entre o dito e o não dito, bem como, elegem-se os sujeitos que podem falar e os sujeitos que devem permanecer caladas/os, conforme Barbosa (2014) elucidada:

A limitação da ciência geográfica encontra-se nos limites da própria linguagem, já que algumas coisas podem ser ditas enquanto que outras não. O silêncio é o limite. O ensino de Geografia, portanto, limita o vocabulário àquilo que é válido para compreender {aprender}, ou seja, o que é permitido compreender sobre o mundo; assim, fundamenta-se uma humanidade, pelo ensino de Geografia, vinculada aos valores categóricos e conceituais permitidos (BARBOSA, 2014, p. 15).

Nesse sentido, os dizeres e não-dizeres geográficos interferem potencialmente em vários processos relacionados à construção do saber geográfico, tanto de ordem quantitativa quanto qualitativa. Sobre esta última, merece a nossa atenção, as questões que envolvem a formação das/os pesquisadoras e docentes em Geografia, quais sejam, currículos dos cursos de formação, ementas das disciplinas, estágios supervisionados, projetos de pesquisas, etc, que são agenciados por distintos atores. Com efeito, entendemos também a Geografia enquanto reprodutora de discursos.

Os discursos hegemônicos numa proposta curricular são sempre contingenciais e provisórios e nunca espelham diretamente os sentidos discursivos universais de origem, pois, para se tornarem hegemônicos, não podem descartar as próprias particularidades já existentes nas suas especificidades territoriais e também desejantes de se tornarem universais ou hegemônicas (STRAFORINI, 2018, p. 192).

Nessa mesma óptica, Barbosa (2014), enfatiza a importância de orientar nossas análises e/ou reflexões para a relação entre forma (discurso) e conteúdo (práxis) que se inscreve no modo hegemônico de fazer geografia, ou melhor, de geografiar. Assim, por meio de tal diligência analítica, é possível colocar em relevo

os limites, as falhas, as ausências e/ou os silêncios que constituem o cânone geográfico.

A construção de um discurso científico é a edificação de uma forma estruturada e, portanto, sistematizada por pontos coordenados por uma práxis específica de dado grupo dominante (seja domínio econômico, cultural ou outros) que resulta no estabelecimento de uma espacialidade; assim, tal relação promove a ontologia do sujeito através de uma verdade coordenada, espacializada e limitada escalarmente (BARBOSA, 2014, p. 21).

Isso em vista, temos o fito de elaborar uma reflexão crítica no que tange o ensino de Geografia e/ou a Geografia escolar (discurso). Para tanto, utilizamos das contribuições de geógrafas e geógrafos que têm discutido e/ou interrogado em suas pesquisas, modos outros de saber e fazer (práxis) um ensino de Geografia e/ou uma Geografia escolar. Estudos os quais alimentam os campos de análise geográfica, denominados de Geografias Feministas e Geografia *Queer*, derivados das contribuições da Nova Geografia Cultural (SILVA, 2010; SPITALERE, 2014), das epistemologias feministas (WILLIAMS, 2017) e as teorias *queer* (BUTLER, 2003; LOURO, 2001; MISKOLCI, 2014).

Em síntese, defendemos que nestas, encontram-se ferramentas analíticas, práticas e/ou saberes imprescindíveis para uma mudança de ordem epistemológica e/ou metodológica na Geografia encaminhada por aquelas e aqueles que agora podem dizer sobre si e seus pares.

O GIRO *QUEER*-FEMINISTA NA GEOGRAFIA

A então chamada Nova Geografia Cultural emergiu em meio ao movimento teórico-metodológico da Geografia Crítica durante a década de 1970, em consonância com as teorias pós-modernas e os coletivos feministas, tendo entre suas finalidades, a:

[...] busca por construir uma compreensão plural da realidade, desconstroem o olhar hegemônico racionalista e eurocêntrico sobre o mundo. Assim, abrem-se novas abordagens para a compreensão do espaço, tendo a cultura e seus significados como elementos centrais para o estudo da organização do espaço, que já não é mais entendido apenas com base nos processos de produção material (SPITALERE, 2014, p. 14).

O cruzamento analítico entre a Nova Geografia Cultural com as epistemologias feministas e os estudos pós-estruturalistas, reposicionou grupos subalternos, especialmente, as mulheres e dissidentes sexuais, enquanto agentes produtores do espaço geográfico e suas respectivas demandas, além de eleger conceitos e/ou categorias que até então não orbitavam a esfera do saber geográfico.

Durante longo tempo, a expressão das espacialidades dos grupos de mulheres, dos não brancos e dos que não se encaixam na ordem

heterossexual dominante não foram consideradas adequadas como objeto de estudos dessa ciência. A razão de suas ausências no discurso geográfico deve ser vista pela legitimação naturalizada dos discursos hegemônicos da Geografia branca, masculina e heterossexual que nega essas existências e impede o questionamento da diversidade de saberes que compõem as sociedades e suas mais variadas espacialidades (REIS, 2015, p. 24-25).

Assim sendo, a Nova Geografia Cultural e os esforços empreendidos pelas geógrafas e geógrafos feministas, engendraram um subcampo denominado, num primeiro momento, de Geografia Feminista, e que com o avançar das pesquisas e as reivindicações dos grupos e/ou movimentos sociais houve uma mudança terminológica, e passou-se a usar a expressão Geografias Feministas, sempre com “s” no final para indicar as pluralidades de expressões de gênero bem como pluralidades ideológicas (SILVA, 2010), ou ainda a expressão Geografia do Gênero: “A mudança epistemológica impulsiona a geografia feminista a se configurar como uma geografia do gênero, consagrada à análise mais estruturada das relações de gênero como construções sociais e aos seus efeitos no espaço” (BORGHI, 2015, p. 135).

Outrossim, a autora ainda reforça que:

A geografia do gênero estudou e criticou o mecanismo de produção do conhecimento, enfatizando como a disciplina operou por meio de uma epistemologia sexista. Além disso, ela voltou sua atenção para um outro limite da geografia tradicional: crer que é possível observar o mundo ‘do exterior’, de forma ‘objetiva’ (BORGHI, 2015, p. 135).

Reivindicações outras foram mobilizadas quando da epidemia da AIDS na década de 1980, que teve seu epicentro nos Estados Unidos, instaurou um cenário de crise sanitária, ou melhor, humanitária, para com os corpos e/ou subjetividades dissidentes, quais sejam pessoas homossexuais, que foram submetidas ao estigma da “doença gay”, como resultado, a homossexualidade tornou-se novamente uma patologia no imaginário social.

A epidemia permitiu o reforço da norma heterossexual que servira como modelo para patologizar as sexualidades dissidentes desde fins do século XIX. Assim, nas últimas três décadas, o dispositivo da aids revelou-se eficiente na conformação dos antigos prazeres perversos em formas moldadas por padrões heterossexuais (PELÚCIO; MISKOLCI, 2009, p. 127).

Em meio a tal conjuntura, ativistas e/ou pesquisadoras/es feministas direcionaram seus trabalhos para com as demandas vigentes naquele período, efetivando um novo campo de saber que ficou conhecido como teorias *queer*. A expressão “*queer*” apareceu pela primeira vez na academia durante uma

conferência na Califórnia (EUA), organizada pela pesquisadora italiana Teresa Di Lauretis no ano de 1990 (MISKOLCI, 2014).

Anteriormente a esse marco temporal, *queer* era utilizado como um adjetivo pejorativo dirigido aos corpos e/ou sexualidades dissidentes, e ao ser requalificado como um campo de saber, reposicionou tais grupos enquanto atores sociais criadores de conhecimentos, saberes, filosofias, artes, etc.

O *queer* suplanta o ato identitário assumido e seus efeitos reificados em identidades. Na ação instável de transformar uma injúria numa forma orgulhosa de autodesignação é o movimento que sobressai. O *queer* é, assim, tanto adjetivo (ou substantivo) como, mais apropriadamente, verbo. Um verbo que desenha ações e deslocamentos arriscados, delineando trajetórias múltiplas de corpos instáveis, provisórios e cindidos (PEREIRA, 2012, p. 373).

Na Geografia, as teorias *queer* foram incorporadas no intuito de investigar as espacialidades dos grupos sexuais dissidentes a partir da relação espaço-corpo-poder e romper com a tendência marxista encaminhada em estudos anteriores para com tais sujeitos, assim sendo, constituiu-se a Geografia das Sexualidades: “A geografia da sexualidade se distanciou, então, do trabalho de cartografia das zonas residenciais urbanas para estudar a questão mais complexa da relação entre espaço, identidades sexuais e poder” (BORGHI, 2015, p. 136).

A convergência entre a Geografias Feministas e a Geografia das Sexualidades, resultou na emergência da Geografia *Queer* (SILVA, 2010). Esta, forjou um outro horizonte teórico-metodológico na pesquisa geográfica utilizando-se das categorias e/ou conceitos, quais sejam, corpo e performance.

As primeiras contribuições das teorias *queer* na Geografia, foram verificadas nos ambientes acadêmicos anglo-saxões, em trabalhos como os das geógrafas Gillian Rose, Linda McDowell, Gill Valentine, Maria Dolores Garcia-Ramón, Janice Monk, Natalie Oswin, Doreen Massey, Catherine Nash, Rachele Borghi, Janet Monsen, bem como dos geógrafos Jon Binnie, Lawrence Knopp, David Bell, Michal Pitoňák, entre outros.

Com destaque para a obra de Gillian Rose, a geógrafa inaugurou o conceito de espaço paradoxal na tentativa de eleger uma ferramenta analítica que fosse capaz de compreender os conteúdos, as disputas e os efeitos existentes na relação corpo-espaço. Para tanto, a geógrafa utiliza o território enquanto referência espacial, no intuito de desvelar os processos de opressão para com certos corpos, especialmente, as mulheres, que estão inscritos na conquista territorial e/ou na produção de territorialidades, sendo estes oriundos de uma noção heterossexista fundamentadas numa tradição geográfica notadamente masculina (SILVA, 2007).

No Brasil, tem-se o final da década de 1990 e início dos anos 2000, como o marco temporal em que tais estudos se fortaleceram na produção geográfica nacional, consolidando as duas tradições, as epistemologias feministas e as teorias *queer* enquanto campos de análise geográfica. Entre as pesquisadoras/es que pavimentaram o caminho feminista-*queer* na Geografia brasileira, são reconhecidos os trabalhos de Joseli Maria Silva (Universidade Estadual de Ponta Grossa/UEPG), Susana Maria Veleza da Silva (Universidade Federal do Rio Grande/FURG), Maria das Graça Silva Nascimento Silva (Universidade Federal de Rondônia/UNIR), Márcio José Ornat (Universidade Estadual de Ponta Grossa/UEPG), Alecsandro José Prudêncio Ratts (Universidade Federal de Goiás/UFG), Benhur Pinós da Costa

(Universidade Federal de Santa Maria/UFSM), Almir Nazbony (Universidade Estadual de Ponta Grossa/UEPG), entre outras.

Dentre as possibilidades de articulação entre as teorias *queer*, as epistemologias feministas e a ciência geográfica, são significativos os estudos que analisam os fenômenos relacionados à Geografia Urbana, Geografia Agrária, Geografia Cultural, Epistemologia da Geografia, Geografia da Saúde, Geografia da População, Cartografia Temática, Ensino de Geografia, Geografia Escolar, entre outras.

No presente estudo destacamos estas últimas (Ensino de Geografia e Geografia Escolar), para orientar nossa reflexão a partir do seguinte questionamento: É possível dizer que há um Ensino de Geografia e/ou uma Geografia Escolar *queer*-feminista no interior da produção intelectual geográfica brasileira?. Tal indagação decorre de inquietações sentidas durante a graduação, especificamente, durante as leituras realizadas para a escrita do trabalho de conclusão de curso (TCC), bem como os diálogos para com nossos pares de curso (discentes e docentes) sobre a importância do debate de gênero e sexualidade para formação intelectual e a práxis geográfica.

Dito isso, nos apoiamos metodologicamente na pesquisa e/ou análise bibliográfica na tentativa de responder bem como propor sugestões e/ou possibilidades criativas acerca do que vem sendo produzido pelas geógrafas e/ou geógrafos do nosso país.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para compor nossos resultados utilizamos do levantamento bibliográfico que foi realizado no *site*³ da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Os critérios utilizados foram: a) Teses e Dissertações publicadas entre 2018-2021; b) Teses e Dissertações com as palavras-chave: Ensino de Geografia, Geografia Escolar, Gênero, Sexualidade, *Queer*, LGBT⁴.

A escolha do recorte temporal (2018-2021) para encaminhar o presente estudo, leva em consideração a conjuntura política atual brasileira sob o mandato do Presidente da República Jair Bolsonaro, que entre as “metas” e/ou “projetos” do seu programa de governo, em destaque a agenda educacional, encontra-se a caça e/ou combate a então famigerada “ideologia de gênero” nos currículos educacionais e nas salas de aula das escolas brasileiras.

[...] o combate à “ideologia de gênero” longe de se mostrar como mera cortina de fumaça – cuja função seria despistar a opinião pública frente à tomada de ações controversas ou, ainda, camuflar a crônica inoperância de seu governo em relação a área da educação – é, se bem prestarmos atenção, o único projeto efetivamente proposto por Jair Bolsonaro para a educação brasileira desde sua campanha eleitoral (SCHIBELINSKI, 2020, p. 28).

³ <https://bdtd.ibict.br/vufind/Content/whatIs>

⁴ Sigla criada na década de 1990 para se referir aos grupos dissidentes quais sejam, lésbicas, gays, bissexuais e transsexuais. Há também outras variações tais como LGBT+, LGBTIQ, LGBTQI ou LGBTQIA +, que contemplam as identidades *queer*, interssexuais, assexuais e outras.

Salientamos que tal conjuntura é resultado de um acúmulo histórico-político que apresenta alguns marcos como a elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014, em que:

Após inúmeras e conturbadas discussões, chegou-se ao acordo de que a menção aos conceitos *gênero* e orientação *sexual* seriam suprimidos do Plano, e a redação final aprovada referiu-se, genericamente, apenas à “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação” (SCHIBELINSKI, 2020, p. 23 [grifado no original]).

Outro marco no interior dessa discussão político-educacional, foi a elaboração do Documento Final da Conferência Nacional (CONAE) de 2014, que na tentativa de reagir e/ou repudiar ao que havia sido estabelecido no PNE: “[...] apresentou como diretriz para políticas educacionais no Brasil a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual” (SCHIBELINSKI, 2020, p. 24). Tal medida colocou ainda mais lenha na fogueira da “ideologia do gênero” popularizando o debate no contexto nacional e incitando a criação de inúmeros projetos de lei (PL) nos estados e/ou municípios brasileiros a partir de 2015.

Diante disso, fica evidente que o movimento político-discursivo anti-gênero no Brasil, sobretudo, no sistema educacional, reforça não somente o imaginário social da família tradicional fundamentada na cultura judaico-cristã da qual fazem parte os agentes políticos que assumem a frente de tal movimento, como desvela um aparato ideológico, ainda que eles/as se autoafirmem enquanto exterminadores da “ideologia de gênero”, haja vista que:

[...] são eles que, de forma autoritária, buscam impor, por meio da manipulação das massas e com a ajuda das redes sociais, uma concepção de gênero e sexualidade que, embora violenta a existência de inúmeros sujeitos, é defendida em prol dos seus interesses. Para isso, articulam um discurso autoritário, violento e repressor, baseado em argumentos totalmente esvaziados de cientificidade e senso crítico, que devem ser assimilados de forma acrítica e reproduzidos como verdades inquestionáveis (SCHIBELINSKI, 2020, p. 31).

Isso posto, emerge o questionamento: qual a posição da Geografia nesse debate político-educacional, especificamente no que se refere à produção intelectual de geógrafas e geógrafos para com tais temas?. Na tentativa de uma possível resposta, utilizamos das bibliografias por nós identificadas e apresentadas no quadro a seguir.

Quadro 1 - Levantamento de produções de pesquisas *queer*-feministas na Geografia (2018-2021)

Título	Autoria e Instituição	Palavras-Chave	Área de Abrangência	Natureza e Ano
---------------	------------------------------	-----------------------	----------------------------	-----------------------

Concepções de Gênero e Sexualidade no Ensino de Geografia em Escolas Públicas de Goiânia, Goiás	FARIA, Ruan Pinheiro do Nascimento / Universidade Federal de Goiás (UFG)	Gênero, Sexualidade	Ensino de Geografia	Dissertação (2018)
A Geografia já saiu do armário? Diálogos sobre Gênero, Sexualidades e Escola	ESCOUTO, Cláudia Maliszkeski / Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Gênero, Sexualidade	Ensino de Geografia	Dissertação (2019)
Gênero no Ensino de Geografia em Escolas Estaduais do Tocantins	LIRA, Alline Lemos / Universidade Federal do Tocantins (UFT)	Gênero, Sexualidade	Ensino de Geografia	Dissertação (2019)
Vivências Docentes de Professores Gays e Lésbicas no Ensino de Geografia em Escolas de Educação Básica	OLIVEIRA NETO, Irineu Soares / Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	Sexualidade	Ensino de Geografia	Dissertação (2019)
Geografias Queer & Currículo: Por uma Educação Geográfica Fora do Armário!	MOREIRA, Carlos André Gayer / Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Queer	Ensino de Geografia	Tese (2020)
Sexualidade, gênero e diversidades no contexto de formação inicial de professores na	REIS, Edmilson Andrade / Universidade Federal do Tocantins	Gênero, Sexualidade	Ensino de Geografia	Dissertação (2020)

Universidade Federal do Tocantins	(UFT)			
Vivências transmasculinas em espaços educacionais de nível superior do Sul do Brasil e a multiplicidade espacial	SANTOS, Adelaine Ellis Carbonar dos / Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)	Transmasculinidades	Ensino de Geografia	Tese (2020)
Corpos que não importam : mulheres travestis nos livros didáticos de Geografia	MELLO, Tyrone Andrade de / Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Gênero; Travestis	Ensino de Geografia	Dissertação (2021)

Fonte: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.

Elaboração: autores (2022).

Foram contabilizados oito trabalhos, sendo seis dissertações e duas teses. Observou-se que a maior parte dos trabalhos apresenta como objeto de estudo a formação de professoras/es e/ou o currículo de Geografia. A escola apresenta-se como o campo privilegiado de tais estudos, enquanto que as/os professoras/es do ensino básico constituem o grupo focal privilegiado, por outro lado, apenas em três trabalhos, quais sejam, Oliveira Neto (2019), Santos (2020) e Mello (2021), as populações dissidentes (gays, lésbicas, transsexuais e travestis) aparecem como grupo focal.

Na pesquisa “Concepções de Gênero e Sexualidade no Ensino de Geografia em Escolas Públicas de Goiânia, Goiás” Faria (2018), demarcou como objetivo primário, o reconhecimento das práticas pedagógicas no que tange a incorporação das temáticas gênero e sexualidade na Geografia Escolar no âmbito do ensino médio. O lócus privilegiado foram as escolas públicas localizadas na cidade de Goiânia-GO. Os instrumentos metodológicos que o autor elegeu incluem a coleta de entrevistas para com as/os professores de Geografia no ensino médio, bem como o levantamento de produções geográficas (teses e dissertações) sobre gênero e sexualidade.

Dentre os resultados da pesquisa, constatou-se a falta de embasamento teórico-metodológico por parte das/os professoras entrevistadas/os, com efeito, impossibilitando a abordagem da discussão de gênero e sexualidade nas aulas de geografia, bem como, o reforço de certos estereótipos e/ou preconceitos herdados

do senso comum e que se fazem presentes em várias situações do cotidiano educativo.

Estudos semelhantes foram elaborados por Escouto (2019) e Lira (2019), que interrogam de que forma a Geografia Escolar e a prática docente contribuem para a visibilidade e/ou invisibilidade do debate de gênero e sexualidades nas salas de aula. Em ambos estudos, o instrumento teórico-metodológico utilizado pelas autoras foi a análise do discurso baseado nas contribuições de Michel Foucault. Nesse sentido, os materiais recolhidos para compor os resultados foram documentos curriculares educacionais e as entrevistas semi-estruturadas junto aos professores/as do ensino básico.

Assim como foi discutido em Faria (2018), as considerações encaminhadas por Escouto (2019) e Lira (2019) apontam para a fragilidade da formação intelectual das/os professoras durante e após a graduação, em que observou-se a ausência de ferramentas teórico-metodológicas por parte das/os entrevistadas/os para tratar do debate de gênero e sexualidades nas aulas de Geografia, outrossim, em alguns casos, verificou-se o reducionismo conceitual no que tange o entendimento das categorias gênero e sexualidade.

As/os professoras/es do ensino básico aparecem também como grupo focal na pesquisa encaminhada por Oliveira Neto (2019), contudo, o diferente é que nesta foram entrevistadas/os apenas aquelas/es professora/es que apresentassem uma identidade sexual dissidente. Assim, foram entrevistados cinco professores homossexuais e uma professora lésbica.

No que tange a metodologia utilizada pelo autor, privilegiou-se a pesquisa bibliográfica, o estudo de caso, aplicação de questionários semi-estruturados e a entrevista focalizada para com as/os respondentes. O recorte espacial da pesquisa é a cidade de João Pessoa - PB.

Entre os resultados evidenciados pelo o autor, observou-se que as identidades sexuais das/os professoras/es em sala de aula podem ser fomentadoras de práticas transgressoras frente aos limites impostos pelo currículo escolar e as situações discriminatórias no cotidiano em que aquelas/es são, por vezes, submetidas/os. Assim, o autor defende que:

A possibilidade da construção identitária sexual na docência em Geografia (como maioria dos registros expressos nesta investigação), oportuniza novos ambientes de pesquisa e análise na Ciência Geográfica e em especial na Educação Geográfica, tendo o corpo, como elemento essencial para as análises das dinâmicas ocorrentes nas paisagens, lugares, territórios e regiões, renovando a pesquisa e o raciocínio, subsidiando o discurso sobre Sexualidades, como possibilidade analítica, diante do engessamento das pesquisas que envolvem a Geografia, fundamentada no conservadorismo social, cultural e sexual (OLIVEIRA NETO, 2019, p. 199).

Outro estudo em que o instrumento teórico-metodológico utilizado foi a análise do discurso a partir da obra de Michel Foucault, foi produzido por Moreira (2020) intitulado “Geografias Queer & Currículo: Por uma Educação Geográfica Fora do Armário!”. Neste, o objetivo principal foi compreender as concepções de gênero e sexualidade por parte das/dos docentes do ensino superior, e a importância destas temáticas nos currículos dos cursos de Licenciatura em Geografia do estado do Rio Grande do Sul.

Dentre as considerações feitas pelo o autor, constatou-se o entendimento de gênero e sexualidade enquanto uma demanda particular do indivíduo, e não enquanto uma demanda da cultura; a redução da importância do debate de gênero e sexualidade apenas enquanto uma discussão pedagógico-sensibilizadora, frente a qual o autor se posiciona ao dizer que:

É preciso que o professor de Geografia ultrapasse esse limite de um discurso da simples -sensibilidade pedagógica. e busque compreender o Gênero e a Sexualidade não como questões secundárias, mas como categorias espaciais de estudo que são, em sua geograficidade inerente (MOREIRA, 2020, p. 194).

Outra questão identificada foi a restrita presença teórica sobre gênero e sexualidade nos currículos de formação de professores/as em Geografia analisados pelo o autor. Por fim, Moreira (2020), verificou que há uma concentração de pesquisas geográficas sobre gênero e sexualidade articuladas com fenômenos urbanos e das territorialidades, defendendo, portanto, que: “[...] é preciso produzirmos mais especificamente sobre uma Educação Geográfica Feminista e/ou Queer, pois a literatura sobre isso, em particular, é (praticamente) inexistente” (MOREIRA, 2020, p. 195).

Reis (2020), em sua pesquisa de dissertação “Sexualidade, gênero e diversidades no contexto de formação inicial de professores na Universidade Federal do Tocantins”, também propôs uma discussão acerca dos currículos dos cursos de formação de professores/as. No entanto, diferentemente da proposta de Moreira (2020), o autor analisou todos os Projetos Pedagógicos (PP) dos Cursos de Licenciatura da Universidade Federal do Tocantins (UFT) de modalidade presencial, distribuídos entre os seis campos universitários.

O objetivo geral delimitado pelo o autor foi investigar como as categorias sexualidade, gênero e as diversidades sexuais são (ou não) contempladas nos currículos dos respectivos cursos de Licenciatura da UFT. Elegeu, portanto, como instrumento metodológico a pesquisa bibliográfica e documental, tendo em vista a análise não somente dos PPs, mas também de documentos curriculares nacionais.

Dentre os resultados elaborados, o autor verificou um total de 1.479 disciplinas presentes nos referidos PPs dos cursos de Licenciatura da UFT, destas, apenas 11 disciplinas mencionaram as categorias-chave (sexualidade, gênero e diversidades sexuais) o que representou 0,74% das disciplinas. Para o autor, essa situação, pode ser um reflexo da:

[...] ausência de professores, ausência de conhecimento dos professores sobre as categorias de análise, a sexualidade, o gênero e a diversidade podem ser vistos como algo secundário na formação de professores ou, ainda, todas são vistas pelo fator Biológico exclusivamente (REIS, 2020, p. 113).

A tese de Santos (2020), intitulada “Vivências transmasculinas em espaços educacionais de nível superior do Sul do Brasil e a multiplicidade espacial”, por sua vez, inaugurou uma nova abordagem nos estudos *queer*-feministas geográficos, ao eleger como objeto de estudo as vivências de homens transsexuais e suas

espacialidades no cotidiano universitário da região sul. Assim, consiste na primeira tese geográfica a tratar de tal tema, conforme a autora mesmo enfatiza.

Metodologicamente, Santos (2020), utilizou de entrevistas para com 10 homens trans universitários, fazendo uso da técnica *snowball* (bola de neve). Na análise das respectivas entrevistas a autora se baseou na análise de conteúdo de Laurence Bardin. Entre os resultados elencados na referida tese, verificou-se que as práticas sociais que constituem o ambiente acadêmico seguem sendo mediada pela cis-heteronormatividade, com efeito, processos de exclusão e/ou marginalização são experienciados pelos sujeitos trans.

Em contrapartida, a presença desses corpos demanda estratégias para garantir suas respectivas espacialidades acadêmicas, e estas, acabam por incitar a desestabilização das espacialidades hegemônicas. Nesse sentido, a autora aponta a participação desses sujeitos em movimentos e/ou redes de apoio como elemento empoderador no que tange a vivência acadêmica, além do apoio familiar e/ou amigadas.

Foi evidenciado também no referido estudo que a produção acadêmica brasileira sobre as vivências trans em sua maioria reforçam o estigma da essencialização e/ou patologização. Por fim, Santos (2020), argumenta que o cotidiano acadêmico é marcado pela relação corpo-espço a partir da dinâmica paradoxal dos atores envolvidos, com efeito, emerge disputas entre o centro (vivências cis) e a margem (vivências trans), sendo estas, contingentes e transitórias.

De modo igual, a proposta da dissertação de Mello (2021), também representa um avanço nas pesquisas geográficas *queer*-feministas ao privilegiar as vivências de mulheres travestis e a representação destas nos livros didáticos de Geografia como objeto de estudo, podendo ser, portanto, considerada a primeira dissertação a abordar tal temática. Dito isso, o autor apresenta como objetivo norteador a construção da visibilidade das travestilidades no ensino de Geografia a partir de atividades transgressoras.

Os instrumentos metodológicos acionados no estudo foram a pesquisa bibliográfica e a bricolagem. O grupo focal foram estudantes do 7º ano do ensino fundamental, junto aos quais o autor realizou uma série de práticas educativas no intuito de promover a visibilidade das travestis bem como questionar os processos de exclusão e/ou discriminação experienciados por aquelas. Entre os resultados apresentados pelo o autor, constatou-se a ausência de conteúdos, gráficos, ilustrações e/ou imagens sobre as vivências das travestis no Brasil nos livros didáticos de Geografia. Reforçando, dessa forma, o silenciamento para com as subjetividades sexuais dissidentes.

Feitas as considerações, na tentativa de elaborar uma síntese no que tange os resultados identificados pelas/os autoras/es em seus respectivos estudos, destacamos aqueles que mais foram evidenciados, quais sejam: a) a falta de embasamento teórico-metodológico por parte das/os professores durante a formação inicial; b) ausência de disciplinas nos currículos dos cursos de Licenciatura em Geografia direcionadas para discussão de gênero e das sexualidades; c) o reducionismo conceitual no que tange o entendimento das categorias gênero e sexualidade; d) situações de constrangimentos e violências simbólicas nos espaços escolares e/ou universitários experienciadas por grupos dissidentes sexuais, quais ocupam a posição de estudante e/ou docente; e) invisibilidade das vivências sexuais dissidentes nos documentos curriculares educacionais e/ou recursos didático-pedagógicos.

Ademais, diante do que foi exposto e apurado nas leituras dos trabalhos mencionados, refletimos sobre os limites da produção intelectual geográfica brasileira que podem ser contemplados pelas teorias *queer* e as epistemologias feministas em estudos posteriores. Assim, sugerimos duas alternativas criativas que podem ser desfrutadas por nós geógrafos e geógrafas na construção desse saber e fazer geográfico *queer*-feminista.

A primeira delas refere-se ao desenvolvimento de trabalhos em quais o objetivo e/ou objeto de estudo seja a elaboração e/ou exposição de práticas pedagógicas, materiais didáticos, oficinas, *workshops* entre outros, para com as temáticas de gênero e sexualidades no Ensino de Geografia e/ou na Geografia Escolar.

A outra alternativa, não menos importante, consiste no fomento de pesquisas em que os grupos dissidentes escolares e/ou universitários sejam o objeto de análise e/ou discussão utilizando-se das diversas metodologias (entrevistas, histórias orais, questionários, etc). Ou seja, é preciso ainda mais oportunizar que aquelas/es nos digam, nos provoquem e nos inspirem a partir de suas demandas individuais e/ou coletivas, modos outros de saber e fazer um Ensino de Geografia e/ou uma Geografia Escolar subversiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atentar-se para a importância de mobilizar um Ensino de Geografia e/ou uma Geografia Escolar *queer*-feminista, é atentar-se para a posição da escola e/ou universidade enquanto um espaço de disputas e/ou hierarquias que legitimam alguns corpos, mentes, vivências, expressões de gênero e sexualidade, e excluem outros/as que passam a ocupar a posição de margem, o “fora”, por não atenderem às normas cristalizadas na cultura, na política, e, especialmente, na educação.

A vista disso, concordamos com Escouto e Tonini (2021), quando afirmam que está mais do que na hora de aceitarmos que nossas/os estudantes e/ou professores/as são seres sexuados, que expressam desejos, vontades, corporeidades diferentes entre si, e que estas devem não só ser reconhecidas como aliadas da nossa práxis estudantil/docente.

Por fim, ao retomarmos o questionamento central da nossa reflexão (Há um Ensino de Geografia e/ou Geografia Escolar *queer*-feminista na produção intelectual brasileira?), somos otimistas em responder positivamente, pelo fato de que entendemos que o elemento qualitativo sobressai o quantitativo, tendo em vista que no percorrer das leituras dos trabalhos mencionados, foi possível identificar a potência criativa pronunciada pelas geógrafas e geógrafos responsáveis pelos mesmos.

Assim, a existência de uma produção geográfica *queer*-feminista voltada para o ensino e/ou o cotidiano escolar é afirmada no momento em que se observa a presença de geógrafas e geógrafos propondo em suas escritas, reflexões e experiências pessoais modos outros de geografar. É o *ser* e o *estar* que legitimam o *saber* e o *fazer*.

REFERÊNCIAS:

BARBOSA, T. Linguagem, realidade e ensino de Geografia: leitura spinoziana. **Revista Entre-Lugar**, v. 5, n. 9, p. 11–28, 2014. Disponível em:

<<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/entre-lugar/article/view/4494>>. Acesso em: 1 jul. 2022.

BORGHI, R. O Espaço à Época do Queer: contaminações queer na Geografia Francesa. [Tradução de Maria Helena Lenzi]. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa: v. 6, n. 2, p. 133 - 146, 2015.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero**. [Tradução de Renato Aguiar]. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

ESCOUTO, C. M. **A geografia já saiu do armário? Diálogos sobre gênero, sexualidades e escola**. 111f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Porto Alegre, 2019.

ESCOUTO, C. M.; TONINI, I. M. A geografia ainda está no armário? Silêncios e naturalização no espaço escolar. **Revista da ANPEGE**, v. 17, n. 32, p. 409–428, 2021. Disponível em: <<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/12445>>. Acesso em: 1 jul. 2022.

FARIA, R. P. N. **Concepções de gênero e sexualidade no ensino de geografia em escolas públicas de Goiânia, Goiás**. 2018. 137 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

LIRA, A. L. **Gênero no ensino de Geografia em escolas estaduais do Tocantins**. 2019. 85f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Nacional, 2019.

LOURO, G. L. Teoria Queer: uma política pós-identitária para a educação. **Estudos Feministas**. Florianópolis/SC, v. 2, p. 541-553, 2001.

MELLO, T. A. **Corpos que não importam: mulheres travestis nos livros didáticos de geografia**. 100f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Porto Alegre, 2021.

MISKOLCI, R. Estranhando as Ciências Sociais: notas introdutórias sobre Teoria Queer. **Florestan**. v. 2, p. 8-25, 2014.

MOREIRA, C. A. G. **GEOGRAFIAS QUEER & CURRÍCULO: Por Uma Educação Geográfica Fora do Armário!**. 209f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Porto Alegre, 2020.

OLIVEIRA NETO, I. S. **Vivências docentes de professores gays e lésbicas no ensino de geografia em escolas de educação básica**. 214f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

PELÚCIO, L.; MISKOLCI, R. A prevenção do desvio: o dispositivo da aids e a repatologização das sexualidades dissidentes. **Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana**, n. 1, p. 125-157, abr. 2009. Disponível em: <<https://www.e->

publicacoes.uerj.br/index.php/SexualidadSaludySociedad/article/view/29/26>.

Acesso em: 1 jul. 2022

PEREIRA, P. P. G. Queer nos trópicos. **Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 2, n. 2, 2012. Disponível em: <<https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/88>>.

Acesso em: 11 jun. 2022.

REIS, E. A. **Sexualidade, gênero e diversidades no contexto de formação inicial de professores na Universidade Federal do Tocantins**. 2020. 135 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) – Universidade Federal do Tocantins. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Nacional, 2020.

REIS, M. L. Estudos de gênero na Geografia: uma análise feminista da produção do espaço. **Espaço e Cultura**, n. 38, p. 11-34, dez. 2015. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/29067>>.

Acesso em: 11 jun. 2022.

SANTOS, A. E. C. **Vivências transmasculinas em espaços educacionais de nível superior do Sul do Brasil e a multiplicidade espacial**. 2020. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2020.

SCHIBELINSKI, D. “Isso é coisa do capeta!”: o papel da “ideologia de gênero” no atual projeto político de poder. **Retratos da Escola**, v. 14, n. 28, p. 15–38, 2020. Disponível em: <<https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1131>>.

Acesso em: 13 ago. 2022.

SILVA, J. M. UM ENSAIO SOBRE AS POTENCIALIDADES DO USO DO CONCEITO DE GÊNERO NA ANÁLISE GEOGRÁFICA. **Revista de História Regional**, v. 8, n. 1, 2007. Disponível em: <<https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2167>>.

Acesso em: 12 ago. 2022.

SILVA, J. M. GEOGRAFIAS FEMINISTAS, SEXUALIDADES E CORPORALIDADES: DESAFIOS ÀS PRÁTICAS INVESTIGATIVAS. **Espaço e Cultura**, n. 27, p. 37-54, jun. 2010. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/3542>>.

Acesso em: 11 jun. 2022.

SOUZA, G. de. Ensino de Geografia nas questões de gênero e sexualidade/orientação sexual - Escola Padre José Theisen. **Diversitas Journal**, v. 6, n. 1, p. 1499–1518, 2021. Disponível em: <https://diversitasjournal.com.br/diversitas_journal/article/view/1539>.

Acesso em: 1 jul. 2022.

SPITALERE, A. C. R. **Geografia e gênero**: considerações sobre a produção acadêmica brasileira. 75f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro, 2014.

STRAFORINI, R. O ensino de Geografia como prática espacial de significação. **Estudos Avançados**, v. 32, n. 93, p. 175-195, 2018. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/152621>>. Acesso em: 1 jul. 2022.

WILLIAMS, P. Epistemologia e Feminismo. **Revista Três Pontos**, v.13, n.1, 2016 - Dossiê Múltiplos: Olhares sobre Gênero, p. 5-11, 2017.